



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

O MUNICÍPIO DE **SANTA RITA/PB**, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **CONCORRÊNCIA**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, COM CRITÉRIO DE **JULGAMENTO TÉCNICA E PREÇO**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 089/2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 090/2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 092/2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DATA E HORA DE INICIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:	14H:00M DO DIA 29/10/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:	10H:00M DO DIA 19/12/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA DA LICITACAO:	10H:01M DO DIA 19/12/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA:	FECHADO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO**

FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA, PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será Técnica e Preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE:	ELEMENTO DAS DESPESAS	FONTE DE RECURSOS:
02.141 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA	15.452.1012.2106 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA URBANA	33.9039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 501 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2 O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**;

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

4.1 Poderão participar deste processo interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

4.2 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

- 4.2.1** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.2.3** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.4** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
 - 4.2.5** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.6** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 4.2.7** autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 4.2.8** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 4.2.9** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 4.2.10** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 4.2.11** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 4.2.12** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 4.2.13** Empresa que possua em seus quadros sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação;
 - 4.2.14** Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 4.2.15** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.3** A pessoa jurídica **NÃO** poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4** Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 4.4.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.4.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.4.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.4.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
 - 4.4.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.8 Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação e a Proposta Técnica, conforme o Termo de Referência, e a Prosta Comercial, conforme minuta anexa a este Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2 O envio da proposta técnica e de preço, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4 Os licitantes poderão retirar os documentos e propostas anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.6 A primeira fase da sessão pública se dará com a abertura dos documentos de habilitação e feita sua análise, a habilitação e inabilitação das licitantes será divulgada no Sistema Eletrônico, seguindo para a fase de abertura das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas;
- 5.7 A sessão será suspensa para análise e pontuação das propostas técnicas, cuja classificação das licitantes com a informação da nota técnica atribuída a cada participante será divulgada no Sistema Eletrônico, seguindo para a fase de abertura das Propostas Comerciais das licitantes classificadas;
- 5.8 A classificação das licitantes com a divulgação da nota da Proposta Comercial atribuída a cada licitante, bem como a classificação final de acordo com as Notas Finais obtidas será divulgada no Sistema Eletrônico

- 5.9 O Agente de Contratação deverá informar no sistema provedor o prazo para a atribuição de notas à proposta técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento.
- 5.10 Eventual postergação do prazo a que se refere o subitem anterior deve ser comunicada tempestivamente via sistema, de forma a não cercear o direito de recorrer do licitante.
- 5.11 Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema provedor ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescentes, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.
- 5.12 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.14 Após realizadas as análises prescritas nos subitens anteriores, o Agente de Contratação realizará a declaração do vencedor respectivo.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 6.1 O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA, SEM IDENTIFICAÇÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, MEDIANTE O PREENCHIMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:
- 6.1.1 Valor unitário e total cada item;
 - 6.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia;
- 6.2 O licitante enviará sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.
- 6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.4 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA GARANTIA DE PROPOSTA

7.1 Os licitantes deverão apresentar Garantia de proposta com base no art. 58 da Lei n. 14.133/2021, nas seguintes modalidades: dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia, conforme discriminado a qual será devolvida aos licitantes em até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. Esta garantia de Proposta não sofrerá nenhum processo de atualização monetária por parte da Administração, exceto quando em dinheiro. O recibo do seguro, da caução ou carta de fiança deve ser colocado com os demais documentos no envelope de nº 01 (Habilitação).

7.2 O valor da Garantia de Proposta, correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado é de R\$ 75.927,23 (setenta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e quatro centavos).

7.2.1 A Garantia de Proposta será executada:

- a)** Se o Licitante retirar sua proposta durante o período de validade; ou
- b)** No caso do Licitante vencedor, se este, dentro do limite do tempo especificado, não assinar o contrato ou não fornecer a garantia de execução exigida.
- c)** A Garantia de Proposta feita sob a modalidade de Títulos da Dívida Pública, só será considerada válida se comprovada pelo proprietário quanto à liquidez, validade e registro do título junto ao Banco Central ou Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.
- d)** A Garantia de Proposta deverá ser válida por pelo menos 60 (sessenta) dias além da validade da proposta.
- e)** A Garantia de Proposta poderá ser convertida em parte da Garantia de Execução Contratual da licitante vencedora.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Devem ser encaminhados os documentos previstos no item 9.4 do Anexo I – Termo de Referência.

9 DO JULGAMENTO

9.1 Os Documentos de Habilitação serão analisados pela Comissão de Julgamento de Licitações, devidamente assessorada pelo corpo técnico da unidade requisitante.

9.2 Com base nos documentos apresentados, a Comissão de Julgamento de Licitações inabilitará a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido no edital e no termo de referência, ou fazê-lo de maneira incompleta, incorreta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, em desacordo com este edital, ou com validade vencida, ou ainda qualquer outro vício que o invalide.

9.3 Ultrapassada a fase de habilitação, concluído o julgamento de eventuais recursos administrativos interpostos, serão analisadas as Propostas, verificando-se a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

9.4 Será desclassificada a proposta que:

9.4.1 Contiver vícios insanáveis;

- 9.4.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos;
- 9.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- 9.4.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.4.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 9.5 Erros no preenchimento da proposta e/ou planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta e/ou planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço.
- 9.6 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas materiais que não alterem a substância das propostas;
- 9.7 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.8 Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na proposta de preço serão corrigidos pela Comissão de Contratação que poderá no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem ao seu conteúdo.
- 9.9 Poderão, a critério da Comissão de Contratação, ser relevados erros ou omissões irrelevantes que não resultem em prejuízos para o entendimento da proposta e para o seu julgamento, ou para a Administração.
- 9.10A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada em ata, cientificando-se todos os interessados.

PROPOSTAS TÉCNICAS

- 9.11 As PROPOSTAS TÉCNICAS serão submetidas à Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, para avaliação dos quesitos técnicos previstos no **Anexo I – Termo de Referência**.
- 9.12 A Nota da Proposta de Preço será calculada consoante os seguintes critérios:

$$NPP = 100 \times (X1 / X2), \text{ onde:}$$

NPP = Nota da Proposta de Preço atribuída à Proposta de Preços do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificada.

- 9.13 A Nota da Proposta de Preço (NPP) atribuída à Proposta de Preços fica limitada a 100(cem) pontos.
- 9.14 As Nota da Proposta de Preço (NPP) obtidas serão arredondadas até a segunda (2ª) casa decimal, de acordo com os critérios da NBR-5891/ABNT - Regras de Arredondamento, na numeração decimal.
- 9.15 Após análise das Propostas Técnicas e de Preços, será estabelecida a pontuação final dos Licitantes, de acordo com a média ponderada das valorizações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = 0,70 \times NPT + 0,30 \times NPP$$

Onde: NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica
NPP = Nota da Proposta de Preços

- 9.16** A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final.
- 9.17** O vencedor se dará pela maior nota final, haja vista que nesta situação a proponente terá apresentado a situação mais vantajosa para a Administração.
- 9.18** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 9.18.1** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
 - 9.18.2** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 9.18.3** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 9.19** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.19.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 9.19.2** empresas brasileiras;
 - 9.19.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 9.19.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

10 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATO

- 10.1** O Município convocará a Adjudicatária para a assinatura do contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2** A licitante que se recusar a assinar o Contrato, não aceitar ou não retirar o mesmo no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas no item 12 deste Edital.
- 10.3** Se a licitante vencedora deixar de firmar o contrato no prazo estabelecido, a Administração Pública poderá, nos termos do § 2º, do artigo 90 da Lei 14.133/2021, convocar as licitantes remanescentes observadas à ordem de classificação para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 10.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 10.4.1** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas a obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário
 - 10.4.2** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;
- 10.5** A vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 10.5.1** O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 107, caput da Lei nº 14.133/2021.

- 10.6 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- 10.7 No ato da assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá comprovar poderes para o signatário assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório.

11 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1 A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA até a data da assinatura do Contrato, prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ficando facultado ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:

11.1.1 Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;

11.1.1.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública deverá ser depositado na conta do banco oficial da Prefeitura Municipal. O(s) licitante(s) vencedor(s) deverão se dirigir ao endereço: Rua Juarez Távora, 93 - Centro, Santa Rita - PB, CEP 58300-410, das 07:00 às 13:00h, para obter esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

11.1.1.2 Os Títulos da Dívida Pública deverão ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.1.2 Seguro-garantia; ou,

11.1.2.1 Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de Seguro-garantia, deverá juntar o comprovante de pagamento do prêmio no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.1.3 Fiança Bancária.

10.1.3.1 Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do Anexo III deste edital;

10.1.3.2 Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do Instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. 827 e 835 do Código Civil. A CONTRATADA que optar por recolhimento em Seguro-Garantia e Fiança Bancária, deverá apresentá-la à Secretaria Municipal de Finanças, localizada a Rua Juarez Távora, 93 - Centro, Santa Rita - PB, CEP 58300-410, das 07:00 às 13:00h, para obter esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

10.1.3.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da Contratada.

12 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 12.1 O contrato regular-se-á pelas normas da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.
- 12.2 Este edital, inclusive seus anexos, integrará o contrato que vier a ser firmado em decorrência do presente certame.
- 12.3 Estima-se para o contrato o dispêndio de **R\$ 37.963.616,4 (trinta e sete milhões, novecentos e sessenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais e quarenta centavos).**

- 12.4 Os serviços serão iniciados pela Contratada somente após o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, a qual deverá ser retirada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da *comunicação do Município*.
- 12.5 A Administração fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.
- 12.6 O acompanhamento da execução, bem como a Fiscalização dos serviços a serem contratados serão exercidos pela Secretaria de Serviços Urbanos, através de funcionário(s) designado(s) no contrato.
- 12.7 A Fiscalização por parte do Município não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus operários ou de seus prepostos na execução do contrato.
- 12.8 Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução em que os serviços estejam fora das especificações e projetos, será a CONTRATADA notificada para que regularize esses serviços, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às penalidades contratuais e legais.
- 12.9 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 12.10 A CONTRATADA deverá indicar Profissional Responsável, que deverá ter atribuições funcionais compatíveis com o objeto da presente licitação e ser devidamente registrado na Instituição que regule e fiscalize o exercício profissional, o que deverá ser anotado em processo pela fiscalização.
- 12.11 Não poderá haver substituição do responsável técnico da CONTRATADA sem a prévia verificação de documentos e informações e aceitação pelo Município.

13 DAS MEDIÇÕES, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- 13.1 Os serviços serão medidos mensalmente, conforme a critérios definidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, obedecendo ao regime de execução adotado. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.
- 13.2 As medições constarão de Folhas-Resumo (Boletim de Medição), contendo a relação de serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais, inclusive acumulados, físico e financeiro.
- 13.3 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e executados os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.
- 13.4 Obedecido ao cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o Boletim de Medição, a CONTRATADA deverá apresentar na sede da CONTRATANTE as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à comissão especialmente designada a fim de que seja atestada, e dado imediato e regular processamento.
- 13.5 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias através de Ordem de Pagamento, mediante a apresentação à Contratante das respectivas notas fiscais, do cronograma físico-financeiro, do relatório parcial da execução dos serviços e da medição para verificação e posterior deferimento, devidamente atestadas por quem de direito.
- 13.6 Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente do favorecido.
- 13.7 Além do disposto no item 12.4, a licitante vencedora deverá apresentar documentos de regularidade fiscal e trabalhista conforme constante no Anexo I – Termo de Referência.
- 13.8 Em caso de irregularidade fiscal, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este

prazo sem que haja a regularização por parte da CONTRATADA, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do Edital, e estará o Contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital.

- 13.9** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 12.5, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 13.10** A devolução de fatura não aprovada pela CONTRATANTE não servirá de motivo para que a CONTRATANTE suspenda a execução do serviço ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados;
- 13.11** A(s) nota(s) fiscal(is) será(ão) conferida(s) e atestada(s) pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento do serviço.
- 13.12** O pagamento a ser efetuado à CONTRATADA deverá obedecer a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela CONTRATANTE de acordo com o disposto no artigo 141 caput da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- 13.13** A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela Adjudicatária, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- 12.13.1** Descumprimento de obrigação relacionada com os objetos contratados;
 - 12.13.2** Débitos da CONTRATADA no que diz respeito ao pagamento de multas impostas ao longo do contrato;
 - 12.13.3** Pendências trabalhistas e de verbas devidas à Seguridade Social em nome da CONTRATADA e referente à execução do contrato sob exame;
- 13.14** Ocorrendo atraso no pagamento a CONTRATADA fará jus a juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata dia, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.
- 13.15** Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do artigo 25, § 7º da Lei 14.133/2021. O valor contratado será reajustado nos termos da Minuta de Contrato, anexa ao presente Edital.
- 13.15.1** Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do artigo 25, § 7º da Lei 14.133/2021. Os preços unitários contratados serão reajustados utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
 - 13.15.2** Para efeito de novo reajuste, será considerado o período de 12 (doze) meses do início dos efeitos do último apostilamento concedido.
- 13.16** Repactuação dos Preços da mão de obra, se dará da seguinte forma:
- 13.16.1** Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato da classe correspondente, acompanhado de planilha com os preços reajustados;
 - 13.16.2** O preço da mão de obra será reajustado, com base no Art. 55, inciso II da IN nº 5, de 25 de maio de 2017, conforme a data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos;
- 13.17** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14 PENALIDADES

14.1 As sanções dispostas no edital poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à futura Contratada, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados à administração pública e das sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.2.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;

14.2.2 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

14.2.2.1 não apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.2.2.2 recusar-se a apresentar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.2.2.3 pedir para ser desclassificado após apresentar a proposta ou;

14.2.2.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

14.2.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.2.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.2.5 fraudar a licitação;

14.2.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.2.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.2.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.2.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.2.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

14.2.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.3.1 advertência;

14.3.2 multa;

14.3.3 impedimento de licitar e contratar; e

14.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.4.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 14.4.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.4.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e
- 14.4.6** a situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.
- 14.5** A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.5.1** Para as infrações previstas nos itens 14.2.1, 14.2.2. e 14.2.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 14.5.2** Para as infrações previstas nos itens 14.2.4, 14.2.5, 14.2.6, 14.2.7 e 14.2.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30%(trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 14.6** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.8** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.9** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 14.2.4, 14.2.5, 14.2.6, 14.2.7 e 14.2.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na cláusula 14.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do § 5º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.11** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.13** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.14** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 14.16** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.17** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e no sistema adotado pela administração pública municipal, se houver.
- 14.18** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15 VISITA TÉCNICA

- 15.1** A visita técnica é facultativa e poderá ser realizada com a finalidade de tomar pleno conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta licitação.
- 15.2** A empresa, licitante individual ou consorciada, que optar realizar a visita técnica deverá apresentar o atestado fornecido pela Secretaria de Serviços Urbanos para fins de habilitação.
- 15.3** Para realizar a visita, a licitante deverá agendar com antecedência, através do e-mail **secretariainfraestrutura.pmsr@gmail.com**. As visitas poderão ser efetuadas durante o período compreendido entre a data da publicação e o terceiro dia útil anterior à abertura do certame e serão acompanhadas por profissional da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, que, ao término da visita, emitirá e entregará ao representante o respectivo Atestado de Visita.
- 15.4** No ato da visita, o representante da empresa deverá estar devidamente credenciado e identificado em documento oficial da empresa.
- 15.5** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
- 15.6** A empresa poderá apresentar declaração de renúncia à visita técnica, conforme modelo (**Anexo III**).

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

- 16.1** Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas na licitação e/ou execução do contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.
- 16.2** A participação nesta licitação significa que tem pleno conhecimento dos termos deste edital e que se responsabiliza pela veracidade das seguintes informações:
- a) que os serviços e os materiais obedecerão às normas e especificações da ABNT pertinentes a matéria ou, na inexistência dessas, à normatização internacional de referência ou a outra norma, de acordo com a natureza dos serviços contratados.
 - b) que de acordo com as especificações fornecidas pelo Município há perfeita condição para a execução completa dos serviços;
 - c) que nem a empresa, nem quaisquer dos seus dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco) por cento do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos e funcionários tenham sido responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo da obra;
 - d) que nenhum dos seus dirigentes, gerentes, acionistas, responsáveis técnicos e

funcionários sejam servidores deste Município, sob qualquer regime de contratação;

e) que não possui fato impeditivo para contratação com o serviço público;

f) que não se utiliza, em qualquer fase do processo produtivo e/ou prestação de serviço, de mão-de-obra de menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como de menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade;

g) que se possuir cem ou mais empregados, dois a cinco por cento dos seus cargos estarão preenchidos por beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, conforme preceitua o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e Portaria nº 4.677, de 29 de julho de 1998.

h) que cumpre as determinações da Norma Regulamentadora nº 18 – Indústria da Construção expedida pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego;

i) que possui Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), LTCAT, e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que demonstrem o gerenciamento de riscos ambientais por parte da construtora, bem como a necessidade ou não da contribuição adicional prevista no § 2º do art. 72, observado, quanto ao LTCAT, o disposto no inciso V do art. 291 ambos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009;

j) que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data designada para a entrega das Propostas.

16.3 Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, localizada no Centro Administrativo Municipal, a Rua Virgínio Veloso Borges, s/n, Jardim Miritânia, Santa Rita, PB, no site www.portaldecompraspublicas.com.br ou no endereço eletrônico pmsrlicita publica@gmail.com e secretariainfraestrutura.pmsr@gmail.com.

16.3.1 Para adquirir este edital e seus anexos, o interessado poderá realizar o download no site www.portaldecompraspublicas.com.br ou dirigir-se ao balcão de expediente da CLC, localizada Centro Administrativo Municipal na Rua Virgínio Veloso Borges, s/n, Jardim Miritânia, Santa Rita, PB, munido de pen drive gravável, local onde serão esclarecidas eventuais dúvidas.

16.4 As dúvidas que não puderem ser esclarecidas por ocasião da consulta do edital “in loco” ou por telefone, assim como interposição de impugnação do edital, bem como eventuais recursos e impugnações no curso da licitação, deverão ser apresentados no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

16.4.1 Os e-mails encaminhados por meio do endereço eletrônico com os documentos deverão mencionar no assunto a licitação a que se refere e o tipo de documento (Pedido de Esclarecimento, Impugnação do Edital, Recurso ou Impugnação de Recurso).

16.4.2 A Administração não se responsabilizará pelos documentos encaminhados via endereço eletrônico que não tiverem confirmação de recebimento por este órgão.

16.5 Não serão aceitos consultas, recursos e impugnações por outro meio senão aqueles mencionados acima.

16.6 As respostas às consultas, assim como o julgamento das impugnações ao edital, serão colocadas no site www.portaldecompraspublicas.com.br, comunicando àqueles que retiraram o edital até a data da resposta e/ou julgamento, seus conteúdos serão nesse site, bem como passam a integrar o edital disponibilizado aos demais interessados.

16.7 Fica desde já eleito o foro da Comarca de Santa Rita – PB para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação e do contrato que vier a ser firmado.

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 17.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 17.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 17.1.3 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 17.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 17.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 17.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 17.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

17.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Santa Rita e do Estado da Paraíba as sanções administrativas previstas no ITEM 16.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

17.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção

seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

18 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

18.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

18.2 A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

18.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

18.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

18.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

19.1 Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 19.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.10** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 19.10.1** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 19.11** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.12** A Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, poderá revogar este Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 19.12.1** A anulação da Concorrência induz à do contrato.
- 19.12.2** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 19.13** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 19.14** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC), no Centro Administrativo Municipal na Rua Virgínio Veloso Borges, s/n, Jardim Miritânia, Santa Rita, PB localizada nos dias úteis, no horário das 08:00 às 13:00h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

20 ANEXOS

20.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Termo de Referência;
- ANEXO II – Planilha Estimativa Orçamentária;
- ANEXO III – Modelos: Proposta e Declarações;
- ANEXO IV - Minuta de Contrato;

Santa Rita, 25 de outubro de 2024.

KLELYSON KEYLLER BATISTA LEITE
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS é o órgão municipal que detém a atribuição legal para realizar a gestão pública e ambiental dos resíduos sólidos urbanos do município de Santa Rita - PB.
- 1.2. O presente procedimento busca uma gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e ao atendimento dos Princípios e Diretrizes estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 (incluir legislação específica municipal se houver), que estabelece regras gerais para a prestação dos serviços públicos de Limpeza Urbana e Gestão de Resíduos Sólidos no Município de Santa Rita – PB.
- 1.3. As especificações abordadas neste documento têm como objetivo estabelecer diretrizes para orientação de instituições interessadas em participar do certame licitatório para contratação via concorrência pelo critério de julgamento Técnica e Preço, dos serviços de destinação final dos resíduos sólidos, detalhando as atividades e demais aspectos relativos à prestação dos serviços.
- 1.4. Pretende-se a definição das diretrizes básicas para a contratação de empresas habilitadas a executar serviços de tratamento e destinação final de Resíduos Sólidos em Aterro Sanitário devidamente licenciado e operando em atendimento a legislação vigente, objetivando-se:
 - 1.4.1. Destinar corretamente os resíduos gerados pelo município;
 - 1.4.2. Estabelecer critérios aceitáveis para a contratação de empreendimento destinado ao tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, que atendam aos critérios tecnológicos, locais, ambientais e sociais estabelecidos nas normas e legislações vigentes;
 - 1.4.3. Alcançar metas quanto aos resíduos sólidos gerados no município de Santa Rita – PB de acordo com a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
 - 1.4.4. Buscar o atendimento das normas e legislações aplicáveis, as quais sejam:
 - a. Lei nº 14.133, de 21 de abril de 2021.
 - c. Normas Regulamentadoras – NR, aprovadas pela portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978.
 - d. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 – Altera o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho relativo à Segurança e Medicina do Trabalho e Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978 que aprovou as Normas Regulamentadoras – NR's do Ministério do Trabalho e Emprego.
 - e. Lei 12.305 de 12 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - f. Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010 – Regulamenta a Lei 12.305/10, Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - g. Decretos Municipais nº 89/2023, 90/2023 e 92/2023;
- 1.5. As atividades a serem desenvolvidas tratam da prestação de serviços contínuos, sendo, inclusive, essencial ao município de Santa Rita – PB.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei nº 14.133/21)

- 2.1. O objeto do presente Termo de Referência é o estabelecimento de parâmetros para a contratação de empresa para prestação de serviço de tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada, sob o regime de execução indireta mediante empreitada por preço unitário, adotando-se Técnica e Preço como critério de julgamento.

2.2 DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.2.1 Contratação de empresa especializada para Tratamento e Disposição Final Ambientalmente Adequado dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Santa Rita/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT (Ton/ano)	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL ANUAL MÉDIO R\$
1	Tratamento e Disposição final ambientalmente adequada de Resíduos sólidos urbanos em Aterro Sanitário Licenciado.	TON	85.716	R\$ 88,58	R\$ 7.592.723,28

2.3. PRAZO

2.3.1. O contrato que decorrerá da presente licitação, objeto deste Termo de Referência, vigorará a partir da sua assinatura por um período de 60 (sessenta) meses, considerando a natureza contínua do serviço, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, nos termos do art. 107 caput da Lei nº 14.133/2021.

2.3.2. O início dos serviços se dará em até 2 (dois) dias corridos Contados do recebimento da Ordem de Serviço (OS).

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei nº 14.133/21)

3.1.1. O tratamento e destinação final de resíduos sólidos constitui-se como um serviço absolutamente essencial a todas as cidades brasileiras, sendo, portanto, imprescindível para o município de Santa Rita – PB.

3.1.2. Infere-se que o serviço de tratamento e destinação final de resíduos sólidos é composto não apenas pelas atividades, mas também pela infraestrutura e pelas instalações operacionais do aterro sanitário.

3.1.3. Importa destacar que o objeto deste Termo de Referência deve ser prestado com empenho de tecnologias para a obtenção de um serviço com maior eficiência e qualidade, com o objetivo reduzir impactos causados à saúde humana e a proteção ao meio ambiente. **Assim, é indispensável a execução dos serviços atendendo as diversas nuances técnicas e operacionais ao objeto.**

3.1.4. Evidencia-se que a realidade do município e suas particularidades influenciam na definição da melhor solução técnica as necessidades da administração municipal, em uma equalização dos aspectos de viabilidade técnica-operacional, da economia de escala e redução de custos, da matriz de risco operacional e gerencial de contratos equilibrados.

3.1.5. Os serviços ora apresentados neste Termo de Referência estão sob responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

3.1.6. Vale ressaltar, conforme art. 11 da Lei 14.133 de 21 de abril de 2021, que o procedimento licitatório tem por objetivo:

- a. assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, sendo este essencial à contratação;
- b. assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- c. evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- d. incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

3.1.7. Ademais, município de Santa Rita determina que a prestadora de serviços faça uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os exigidos níveis de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços e a incorporação de inovações tecnológicas que assegurem a melhoria e expansão dos serviços.

3.1.8 Por fim município de Santa Rita não dispõe de aterro sanitário próprio, de modo que é necessária a contratação de empresa terceira para a satisfação da necessidade do município. Por outro lado, a implantação de aterro sanitário e operação pelo município se mostra alternativa extremamente mais custo, técnica e financeiramente, não havendo nem mesmo tempo hábil para realização de tal obra sem que a população ficasse desatendida.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA (art. 6º, XXIII, “c”, Lei nº 14.133/21)

4.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de natureza continuada e essencial e deverão ser licitados através da modalidade concorrência com critério de julgamento técnica e preço, em lote único de acordo com a natureza do fornecimento, a serem aferidos através de medição das quantidades efetivamente executadas.

4.2. Admitindo aterro sanitário devidamente licenciado como única solução para atendimento ao objeto, exigindo comprovação da qualidade dos serviços prestados em atendimento aos critérios objetivamente definidos.

4.3. Visando a economicidade com a economia de escala e o aproveitamento das particularidades do serviço, buscando-se atender aos padrões de qualidade, a adjudicação se dará por preço global.

4.4. A contratação implementará, de forma adequada, a execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

4.5. A contratação trata de serviços contínuos que deverão contar com estrutura de apoio e operacional e pessoal capacitado atender o objeto.

4.5.1. Da Estrutura Operacional de Apoio – Deverá contemplar equipamentos, veículos, material e mão-de-obra da CONTRATADA, considerando:

- 01 Trator de esteira D6 ou similar
- 01 Pá carregadeira CAT 930 ou similar
- 01 Retroescavadeira 580 ou similar
- 01 Escavadeira de Esteira Poclain CR 80 ou similar
- 01 Motoniveladora 120 B ou similar
- 02 Caminhão basculante PBT mínima de 23 toneladas equipado com basculante com capacidade mínima de 15 m³
- 01 Cavalo mecânico equipado com carreta de 30 m³
- 01 Balança eletrônica capacidade mínima de 60 toneladas

4.5.2. Da equipe técnica – deverá apresentar comprovação de equipe técnica preparada para execução dos serviços, considerando:

01 Engenheiro Ambiental com comprovação de vínculo

01 Engenheiro Civil com comprovação de vínculo

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS (art. 6º, XXIII, “e”, Lei nº 14.133/21)

5.1 Caracterização e identificação dos serviços de disposição final de Resíduos Sólidos.

Consiste no recebimento, descarga dos resíduos, compactação de lixo e cobertura com material inerte, no aterro sanitário de responsabilidade da Contratada, ao longo de toda a duração do contrato.

A Contratada deverá levar em consideração em sua proposta que não será permitido o ingresso no aterro de pneus, resíduos perigosos (CLASSE I – ABNT), resíduos químicos e outros resíduos industriais. Caberá à Contratada comunicar a Administração Pública Municipal, imediatamente, qualquer ato de despejo nas vias e logradouros públicos desses resíduos por terceiros não autorizados, para que o Poder Público Municipal tome as devidas medidas legais pertinentes.

Os serviços deverão ser executados no período de segunda à domingo, nos períodos diurno e noturno, em regime de recebimento 24 horas para atendimento a programação da coleta do município e eventuais coletas emergenciais.

Para tal, a equipe de operação deverá seguir rigorosamente o que ficar designado pela contratante, a fim de que satisfaça plenamente as necessidades quanto aos serviços.

Os serviços serão remunerados mensalmente, por tonelada e reajustável de acordo com o previsto neste edital.

A tecnologia empregada para implantação das células deverá ser descrita, assim como qualquer outra inovação tecnológica empregada.

A operação do aterramento dos resíduos sólidos será executada de acordo com a técnica definida em lei e pelos órgãos ambientais. A metodologia empregada para operação deverá ser descrita em detalhes.

A captação e tratamento do gás gerado no processo de decomposição do lixo, deverá ser descrita.

O tratamento do chorume, deve ser descrito, evidenciado e comprovado, se for o caso.

Os veículos automotores equipados e máquinas deverão estar disponíveis em até 2 (dois) dias da data de expedição da ordem de serviço inicial.

A definição da capacidade, marca, modelo, equipamento e outras características intrínsecas aos veículos e máquinas a serem utilizados, ficam ao critério da Contratada, respeitados, entretanto, as normas e especificações oriundas do Edital e seus anexos relacionados.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei nº 14.133/21)

6.1 SUBCONTRATAÇÃO

6.1.1 É vedada a subcontratação para execução do objeto, tendo em vista que não há nenhum ganho técnico ou financeiro na execução do objeto por mais de uma empresa, sendo este perfeitamente exequível por apenas uma empresa especializada

6.2 CONSÓRCIOS

6.2.1. É vedada a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15, da Lei 14.133/21, tendo em vista que não há nenhum ganho técnico ou financeiro na execução do objeto por mais de uma empresa, sendo este perfeitamente exequível por apenas uma empresa especializada.

6.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.4.1 Haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei nº 14.133/21)

7.1. GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1.1. O gestor e fiscais de contratos serão representantes da Contratante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato. Para tanto, será indicado pelo órgão, agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da fiscalização e gestão do contrato e que preencham os seguintes requisitos:

- a. sejam, preferencialmente, servidor ou empregado público dos quadros da Administração Pública;
- b. tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
- c. não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

7.2. GESTÃO DO CONTRATO

7.2.1. O planejamento e fiscalização são atribuições da CONTRATANTE devendo, obrigatoriamente, serem cumpridos pela CONTRATADA. Para tanto, será designado um gestor do contrato.

7.3. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.3.1. Caberá ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços de forma a averiguar e garantir a execução dos serviços pela CONTRATADA, devendo ainda, quando da inexecução total ou parcial dos serviços, notificar, advertir e penalizar a CONTRATADA.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei nº 14.133/21)

8.1. Medição

8.1.1. Os serviços serão medidos considerando a continuidade e a eficiência da prestação dos serviços de Disposição Final de Resíduos Sólidos, sendo pagos de forma mensal pelo que for efetivamente executado e estando de acordo com a Proposta Comercial. Acrescenta-se ainda que os serviços não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição e que em hipótese alguma poderá haver adiantamento de serviços em medição.

8.1.2. As medições terão como período de execução iniciando no dia 01 a 30/31 do mês anterior e serão elaboradas pelo FISCAL com a participação da CONTRATADA devendo ser entregues à CONTRATANTE até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao mês de execução do serviço.

8.2. Pagamento

8.2.1. O pagamento será efetuado em conformidade com o boletim de medição e relatórios previamente aprovados pela Fiscalização do contrato.

8.2.2. As faturas correspondentes aos serviços efetivamente executados e atestados pela Fiscalização deverão ser emitidas a partir do dia 5º do mês subsequente ao mês de referência da prestação dos serviços.

8.2.3. O pagamento corresponderá à medição dos serviços efetivamente realizados, aceitos pela Fiscalização, realizados no período de referência e com base nos respectivos boletins de

medição, conferidos pela unidade supervisora e pela Fiscalização, observado o valor unitário apresentado pelo proponente por ocasião da licitação e computados os reajustamentos cabíveis, quando for o caso.

8.2.4. A fatura não aprovada pela fiscalização será devolvida à CONTRATADA, com as informações que motivaram sua rejeição, para correções necessárias. Ocorrendo divergência no faturamento, a CONTRATANTE devolverá as Notas Fiscais / Faturas e Folhas de Medição à CONTRATADA para correção.

8.2.5. O prazo para pagamento será de no máximo 10 dias corridos a contar da data de emissão da Nota Fiscal, após o atesto dos serviços executados.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei nº 14.133/21)

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento técnica e preço.

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4. Habilitação

9.4.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, todos devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VI-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

9.4.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II, Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.4.3.2.a. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1 (um); obtidos pela aplicação das fórmulas abaixo, assinado por Contador ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG): igual ou superior a 1,00 (um virgula zero)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC): igual ou superior a 1,00 (um virgula zero)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG): igual ou superior a 1,00 (um virgula zero)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

9.4.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4.3.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, em seu artigo 65, §1º.

9.4.4. Qualificação Técnica

9.4.4.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.4.4.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. em plena validade

9.4.4.3. Indicação de 1 (um) engenheiro ambiental, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

9.4.4.4. Indicação de 1 (um) engenheiro civil, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

9.4.4.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.4.4.6. Atestado de Capacitação Técnico-Profissional, cuja comprovação se fará através do fato da licitante possuir em seu quadro permanente, na data de abertura desta licitação, responsável(is) técnico(s), detentor(es) de atestado(s), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhados da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, registrado(s)/emitido(s) que comprove(m) já haver(em) o(s) profissional(is), executado obras e/ou serviços de engenharia, compatíveis em características com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

9.4.4.7. O profissional constante das Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, detentor do acervo técnico perante o conselho de fiscalização profissional competente, será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto da licitação, admitindo-se eventual substituição futura por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.4.4.7.a. A comprovação de que o profissional detentor dos atestados integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Proprietário, sócio administrador ou dirigente da empresa proponente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou ainda, no caso de empresa individual, o registro comercial, ou sendo sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;

b) Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação pertinente;

c) Responsável técnico: prova de registro como responsável técnico da empresa licitante no CREA;

d) Profissional contratado: contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;

9.4.4.8. Atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da licitante, devidamente registrado(s) no órgão competente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, dos serviços abaixo relacionados, nas seguintes quantidades mínimas:

a) Destinação final de resíduos sólidos urbanos: 40.000 toneladas/ano

9.4.4.9. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.4.10. Certidão ou atestado regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (Certidão de Acervo Operacional), que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.4.11 O licitante deverá apresentar Licença do Aterro Sanitário para a Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos e Alvará de Funcionamento Municipal, relativo ao local de prestação dos serviços

9.4.4.12. Certificado de Regularidade expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei Federal nº 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº. 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada e regular no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

9.5. Proposta Técnica e Julgamento

9.5.1. Justificativas para a adoção da modalidade técnica e preço

A adoção da modalidade técnica e preço no presente certame se justifica por estarmos diante de prestação de serviços de grande responsabilidade ambiental e social, que envolve complexidades importantes, tendo ficado demonstrado que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas, e consequentemente da prestação do serviço, garantem segurança ao município, que é corresponsável por seus resíduos mesmo após o descarte em aterros sanitários.

Além disso, assegura-se que o licitante vencedor permaneça vinculado efetivamente ao conteúdo de sua PROPOSTA TÉCNICA por toda a vigência do CONTRATO, integrando o próprio CONTRATO e convertendo-se, automaticamente, em obrigação da futura contratada, sem prejuízo das demais obrigações constantes do CONTRATO.

Pois bem, o objeto desta licitação encontra sua definição como serviço de engenharia, dentre outras fontes, amparada na Orientação Técnica OT – IBR 007/2018 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), que trata sobre “PROJETO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS” e traz em um de seus subitens:

“4.5 Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de varrição, capina, poda e outros serviços pertinentes à limpeza

urbana, bem como, coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e originários da limpeza urbana.”

A estimativa de custos desta contratação seguiu os parâmetros de custos unitários e composição de preços e metodologia de orçamentos próprios dos serviços de engenharia, constando as Anotações de Responsabilidade Técnica de profissionais habilitados para elaboração de toda documentação basilar para o certame pretendido.

O Artigo 6º Lei 14.133/2021 trata “Das Definições”, neste sentido, temos a redação do inciso XXI:

“XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

- a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade e complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;”

O caso em tela se apresenta como **serviço especial de engenharia** pois estamos diante de prestação de serviços de grande vulto e que envolve complexidades importantes, tendo ficado demonstrado já nos capítulos precedentes que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, sendo certo que a contratação em comento envolve, como já visto mais acima e se verá adiante, objeto que admite soluções inovadoras, específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, razão pela qual deve a Administração municipal não somente permitir que essas soluções e variações possam ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no futuro Edital e em seus anexos, mas também obrigar que os licitantes demonstrem tecnicamente como pretendem adotar tais soluções e variações e, para além disso, que o licitante vencedor permaneça vinculado efetivamente ao conteúdo de sua Proposta Técnica por toda a vigência do Contrato, integrando o próprio Contrato e convertendo-se, automaticamente, em obrigação da futura contratada, sem prejuízo das demais obrigações constantes do Contrato.

9.5.2. Diretrizes de apresentação e julgamento da proposta técnica

9.5.2.1. Conforme apresentado neste Termo de Referência, o critério de julgamento será Técnica e Preço, o qual considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos neste anexo, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta, bem como especificado na Lei 14.133/21, em razão das seguintes justificativas:

* Garantir a preservação do meio ambiente através implantação, execução e operação correta de aterros sanitários.

* Mitigar os transtornos causados pela incorreta operação do aterro sanitário, como proliferação de vetores e animais, propagação de odores, contaminação de solo e aquíferos, proliferação de doenças e poluição visual.

9.5.2.2. Será designada pela administração equipe técnica que analisará as PROPOSTAS TÉCNICAS das LICITANTES com vistas à verificação do atendimento a cada um dos tópicos abaixo, atribuindo-lhes notas para cada um dos referidos itens, conforme os seguintes critérios específicos de análise:

- **IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS**

- a) Descrição detalhada da implantação, operação e monitoramento do aterro sanitário.
 - Implantação: Impermeabilização de solo, drenagem verticais e horizontais e outros que a licitante julgar pertinente.
 - Operação: Procedimentos de movimento diários, descrição das drenagens de águas superficiais, isolamento da área e outras medidas de mitigação, instalações fixas, forma de execução dos serviços, sistema de captação e queima de gás, sistemas de captação, drenagem, tratamento dos líquidos percolados e outros que a licitante julgar pertinente.
 - Monitoramento: Sistemas de monitoramento de percolados, emissão de gás, águas subterrâneas e superficiais, lançamento de efluente tratado e outros que a licitante julgar pertinente.

b) **PONTUAÇÃO:** ao item relacionado acima será atribuída a nota máxima àquela proposta com maior segurança trazida ao meio ambiente (70,0 pontos), deduzindo-se 0/N pontos a cada sucessora classificada da maior para a menor benefício, sendo N o número de licitantes;

c) Admite-se a hipótese de empate entre as propostas, prevalecendo, contudo, a dedução dos pontos às demais, em conformidade ao apontado no item (e) acima;

d) A presente avaliação visa detectar exclusivamente os benefícios trazidos ao município e, portanto, não serão levados em conta as vantagens trazidas à contratada e tampouco os eventuais ganhos de produtividade que resultem em maiores ganhos à contratada;

e) Itens apresentados sem a devida comprovação de implantação/execução ou com dados insuficientes para avaliação e comparação não serão considerados para efeito de pontuação.

- **EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA LICITANTE** e sua respectiva comprovação - total de 30 pontos, observadas as atividades de maior relevância indicadas neste ANEXO, devendo, para tanto, trazer de forma detalhada e discriminada os seguintes itens:

a) Atestado de Capacidade técnico-operacional cuja comprovação se fará através de Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) aptidão da pessoa jurídica para o desempenho de atividade(s) pertinente(s) em característica(s) com o objeto da licitação, referente(s) à execução de serviços análogos ao objeto da contratação, nos termos a seguir:

b) A execução, a qualquer tempo, de serviços de destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário devidamente licenciado:

(1) em volume maior ou igual que 40.000 ton/ano (30,0 pontos);

(2) em volume entre 12.000ton/ano e 39.999 ton/ano (10,0 pontos);

(3) em volume menor que 11.999 ton/ano (0 pontos);

c) Para o julgamento da pontuação dos atestados, no caso de o licitante obter nota “0” zero em qualquer um dos itens estará automaticamente desclassificado, uma vez que isso implica em não atingir os quantitativos mínimos para habilitação técnica;

d) A não apresentação de comprovação de qualquer dos atestados elencados acima resultará em pontuação nula (0 pontos)

e) Os atestados técnicos devem estar acompanhados de documentação com informações suficientes que possibilitem, de maneira clara e inquestionável, a obtenção ou dedução da identificação das quantidades dos serviços pelas unidades indicadas no Quadro de Pontuação abaixo.

f) Serão aceitos os somatórios dos serviços demonstrados nos atestados desde que estes tenha sido executado de forma concomitante no período exigido para cada serviço;

g) Os atestados técnicos apresentados deverão obedecer às quantidades mensais exigidas. Por ser o período que o serviço será efetivamente prestado de forma contínua, tendo todo o seu volume executado dentro de cada mês.

9.5.2.3 A proposta técnica será analisada por:

- Conformidade do conteúdo abordado em relação ao disposto neste ANEXO;

- Confiabilidade das soluções apresentadas.

Será nomeada uma COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CRITÉRIOS DE TÉCNICA para analisar propostas técnicas. Esta comissão será formada por profissionais com conhecimento técnico dos quesitos especificados em edital.

9.5.2.4. A Comissão justificará de forma objetiva, por escrito nos próprios autos do processo licitatório, a análise de cada item constante da PROPOSTA TÉCNICA de cada licitante, apresentando as razões que levaram a atribuir a classificação das Notas da Mínima à Máxima. A nota técnica da licitante será a nota total obtida a partir do somatório das notas parciais constantes da matriz de avaliação geral abaixo.

MATRIZ DE AVALIAÇÃO GERAL

Item	Peso Total	Pontuação Final
IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS	70	
EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA LICITANTE	30	
TOTAL	100	

9.5.2.5. A Proposta Técnica deverá, ainda, ser acompanhada por anexo intitulado “Metodologia de Execução dos Serviços”, que deverá conter o detalhamento indicado nos subitens abaixo. A Metodologia de Execução dos Serviços não será pontuada para fins de atribuição da nota técnica, mas sua não apresentação implicará na desclassificação da Licitante.

A Metodologia de Execução dos Serviços deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes condições:

- Título 01: Conhecimento do problema
- Título 02: Metodologia de execução dos serviços.

9.6. Nota da Proposta de Preços

9.6.1. A Nota da Proposta de Preço será calculada consoante os seguintes critérios:

$$NPP = 100 \times (X1 / X2), \text{ onde:}$$

NPP = Nota da Proposta de Preço atribuída à Proposta de Preços do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificada.

9.6.2. A Nota da Proposta de Preço (NPP) atribuída à Proposta de Preços fica limitada a 100(cem) pontos.

9.6.3. As Nota da Proposta de Preço (NPP) obtidas serão arredondadas até a segunda (2ª) casa decimal, de acordo com os critérios da NBR-5891/ABNT - Regras de Arredondamento, na numeração decimal.

9.7. Classificação Final

9.7.1. Após análise das Propostas Técnicas e de Preços, será estabelecida a pontuação final dos Licitantes, de acordo com a média ponderada das valorizações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = 0,70 \times NPT + 0,30 \times NPP$$

cálculo da "Nota Final" (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e de Preços, da seguinte forma:

$$NF = (0,70 \times NPT) + (0,30 \times NPP)$$

Onde: NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preços

9.7.2. A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final.

9.7.3. O vencedor se dará pela maior nota final, haja vista que nesta situação a proponente terá apresentado a maior pontuação quanto a nota da proposta técnica e a maior pontuação quanto a nota da proposta de preços, que refletirá a situação mais vantajosa para a administração, uma vez que a maior nota na proposta de preços denota o maior desconto e a maior nota na proposta técnica demonstra o melhor benefício na qualidade da prestação dos serviços.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "i", Lei nº 14.133/21)

10.1. O serviço será contratado na modalidade Preço Unitário, cujos desembolsos ocorrerão por meio de medições de quantitativos pelo preço unitário de cada serviço, tendo como referência a planilha orçamentária apresentada anexo a este Termo de Referência.

10.2. A forma de remuneração de todos os serviços será empreitada a preços unitários, a ser desembolsada após a execução, medição e aceitação dos serviços e recebimento dos produtos.

O Preço Global máximo, conforme levantamento realizado por esta Prefeitura a partir de levantamento de mercado, conforme descrito no Item 3 do Estudo Técnico Preliminar, estabelecido é de:

R\$ 7.592.723,28 (Sete milhões, quinhentos e noventa e dois mil. Setecentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos)

10.3. Todos os serviços serão pagos a preço unitário de acordo com os quantitativos efetivamente executados.

10.4. O levantamento dos preços para elaboração de seu próprio orçamento é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá conferir todos os quantitativos e demais documentos;

10.5. Compete aos LICITANTES realizar metódico estudo, verificação e comparação de detalhes, especificações e demais componentes integrantes da documentação fornecida pelo CONTRANTE para execução do serviço;

10.6. O Índice de reajuste geral do contrato será o IPCA acumulado de 12 meses, a contar da data do orçamento estimativo.

10.9. A garantia contratual exigida será de 5% do valor da contratação, considerando a natureza contínua da prestação do serviço e o prazo contratual estabelecido, em conformidade com os Art. 96 e 98 da LLC;

10.10. Haverá exigência de garantia para licitar, que corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado pela Prefeitura para execução dos serviços, nas modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21.

10.11. O serviço licitado é essencial ao Município, não podendo ser interrompido por motivos de risco à saúde pública, sendo assim não há margem para falhas no procedimento licitatório. Desta forma, visando evitar proponentes não íntegros, ou a garantir a punição destes caso causem lesões à municipalidade, se faz necessário requerer a apresentação de garantia de proposta no presente certame.

10.12. Quaisquer discrepâncias ou dúvidas com relação às normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis vigentes verificadas, deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, de forma serem sanados os erros ou omissões que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos;

10.11. Todas as condições de prestação do serviço deverão ser verificadas e conferidas, havendo divergências, a FISCALIZAÇÃO deverá ser comunicada imediatamente.

10.12. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela FISCALIZAÇÃO do contrato devidamente designado pelo Gestor da Pasta, em cumprimento ao disposto à legislação vigente.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei nº 14.133/21)

11.1. A dotação orçamentária a que se refere o objeto deste Edital será:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE:	ELEMENTO DAS DESPESAS	FONTE DE RECURSOS:
02.141 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA	15.452.1012.2106 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA URBANA	33.9039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 501 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

12. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei 14.133 de 21 abril de 2021, e legislações em vigor.

Santa Rita, PB, 10 de outubro de 2024.

LYANA CORRÊA MACHADO OLIVEIRA
Matrícula 963990429
Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

INTRODUÇÃO

O presente instrumento trata-se do estudo técnico preliminar elaborado pela Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços da Prefeitura Municipal de Santa Rita/PB. Neste ato representado pelo servidor Lyana Corrêa Machado Oliveira, 963990429, Assessor Técnico, para contratação de empresa para prestação de Serviço de Tratamento dos Resíduos Sólidos e Disposição Final Ambientalmente Adequada no Município de Santa Rita/PB durante o ano de 2024/2025 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo a esse instrumento.

Assim, considerando a demanda de local ambientalmente correto para disposição final dos resíduos sólidos gerados no município de Santa Rita/PB, foi verificada a necessidade de contratação de serviço especializado para tratamento e disposição final ambientalmente adequado de 7.143 ton de resíduos sólidos gerados por mês (estimado). Os quantitativos foram estabelecidos com base nas pesagens dos últimos 12 (doze) meses.

Assim, com base na demanda do local para tratamento e disposição final dos resíduos do município de Santa Rita, optou-se pela contratação do serviço especializado através de Concorrência Eletrônica.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Tendo em vista a produção mensal estimada de 7.143 ton de resíduos sólidos surge a necessidade de tratamento e destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos do município que decorre de diversos fatores.

O Município de Santa Rita não detém aterro sanitário próprio, necessitando, portanto, da contratação de empresa prestadora desse serviço essencial ao interesse público.

A quantidade de resíduos sólidos gerados pela população tem aumentado significativamente devido ao crescimento demográfico e ao aumento do consumo.

Além disso, o acúmulo inadequado desses resíduos pode causar diversos problemas ambientais. A decomposição dos resíduos orgânicos também pode gerar a liberação de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global.

A destinação final inadequada também representa um risco para a saúde pública, pois pode atrair vetores de doenças, como mosquitos e ratos, que podem transmitir diferentes enfermidades para a população.

Portanto, é fundamental que haja contratação de serviço especializado em tratamento e destinação final adequado dos resíduos sólidos do município.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que o objetivo desta licitação possa ser plenamente atingido, é necessário que as empresas participantes atendam aos requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo. Além disso, deve assegurar o cumprimento dos compromissos firmados em contrato durante toda a sua vigência.

Os licitantes devem atender os seguintes requisitos:

2.1. Habilitação fiscal, social e trabalhista

2.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.1.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VI-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.1.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.1.5. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.1.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.2. Qualificação Técnica

2.2.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

2.2.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. em plena validade

2.2.3. Indicação de 1 (um) engenheiro ambiental, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

2.2.4. Indicação de 1 (um) engenheiro civil, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

2.2.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

2.2.6. Atestado de Capacitação Técnico-Profissional, cuja comprovação se fará através do fato da licitante possuir em seu quadro permanente, na data de abertura desta licitação, responsável(is) técnico(s), detentor(es) de atestado(s), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhados da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, registrado(s)/emitido(s) que comprove(m) já haver(em) o(s) profissional(is), executado obras e/ou serviços de engenharia, compatíveis em características com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

2.2.7. O profissional constante das Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, detentor do acervo técnico perante o conselho de fiscalização profissional competente, será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto da licitação, admitindo- se eventual substituição futura por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

2.2.7.a. A comprovação de que o profissional detentor dos atestados integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Proprietário, sócio administrador ou dirigente da empresa proponente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou ainda, no caso de

empresa individual, o registro comercial, ou sendo sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;

b) Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação pertinente;

c) Responsável técnico: prova de registro como responsável técnico da empresa licitante no CREA;

d) Profissional contratado: contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;

2.2.8. Atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da licitante, devidamente registrado(s) no órgão competente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, dos serviços abaixo relacionados, nas seguintes quantidades mínimas:

a) Destinação final de resíduos sólidos urbanos: 40.000 toneladas/ano.

2.2.9. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

2.2.10. Certidão ou atestado regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (Certidão de Acervo Operacional), que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.11. O licitante deverá apresentar Licença do Aterro Sanitário para a Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos e Alvará de Funcionamento Municipal, relativo ao local de prestação dos serviços

2.2.12. Certificado de Regularidade expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei Federal nº 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº. 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada e regular no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Pensando em possíveis soluções para que mantenha o Tratamento e Destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, podemos apresentar os seguintes aspectos:

A) A construção de um aterro sanitário para atender os resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Rita/PB:

Nesse aspecto a construção de um aterro sanitário próprio para destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos urbanos municipais, onerará a solução e não dará uma solução de imediato a problemática de destinação dos resíduos sólidos urbanos. Assim sendo a construção será inviável para a solução da demanda.

B) Contratação de empresa especializado em tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos do município:

Essa seria a solução mais viável para a problemática pois será menos oneroso e dará uma solução de imediato a problemática.

Obedecendo o preconizado no Art. 7º, inciso III da IN 40/2020, que aponta para o levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções para a presente demanda. Os valores de mercado aqui apresentados foram apresentados pelo setor de pesquisa mercadológica junto ao corpo do procedimento licitatório através do Mapa de Preços anexo ao presente procedimento licitatório, onde na ocasião se constatou que a presente contratação é o meio mais econômico e viável para que se evite paralização dos serviços.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O tratamento e a disposição final dos resíduos deverá ser a principal atividade desenvolvida pela CONTRATADA no Aterro Sanitário. A rigor é uma sequência de ações que começa pela definição de um local específico para descarrego denominado “Frente de Serviço”. Neste local os resíduos serão despejados de forma controlada, espalhados, compactado e cobertos. A frente de serviço ativa será o único lugar do aterro que poderá exibir lixo descoberto.

O procedimento a ser seguido é descrito na sequência:

- A operação de aterramento dos resíduos deverá ser efetuada numa frente de serviço. Junto à frente de serviço deverá ser preparada uma área para a descarga dos caminhões de coleta, que tenha espaço suficiente para a aproximação e manobra dos veículos.
- Os resíduos deverão ser aterrados com a utilização de um trator de esteiras, que espalhará os resíduos sólidos na rampa e fará a compactação em camadas, passando de 4 a 5 vezes sobre o mesmo local.
- A cobertura do lixo deverá ser diária e apenas no topo da camada do aterro. A espessura da cobertura diária será de 0,40 m, com forte compactação visando dar suporte para o tráfego de veículo no topo da camada.
- O controle da densidade de compactação no aterro será efetuado relacionando o peso dos resíduos aterrados no período (dados da balança) com o volume ocupado no aterro no mesmo período (dados de cubação levantados topograficamente). A relação entre o peso e o volume, ou peso específico aparente, deverá ser como mínimo de 0,8 ton/m³.
- A CONTRATADA deverá garantir o acesso à frente de serviço em qualquer época do ano e em qualquer condição climatológica.

4.1. Da vida útil do aterro:

4.1.1. A CONTRATADA, quando solicitado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita, deverá comprovar através de uma memória de cálculo que o Aterro Sanitário proposto possui capacidade volumétrica do aterro suficiente para atender, durante o período do contrato, as demandas do município de Santa Rita.

4.2. Do acesso dos veículos:

4.2.1. A CONTRATADA deverá garantir um acesso de excelente trafegabilidade para os veículos da Prefeitura Municipal de Santa Rita até a frente de descarrego, que deverá permitir a circulação em qualquer época do ano, sem expor estes a riscos ou a desgaste mecânico desnecessário.

4.2.2. A Prefeitura Municipal de Santa Rita poderá exigir da CONTRATADA o melhoramento dos acessos ou da sinalização, se considerado que estes fatores estão afetando ou colocando em risco os veículos utilizados.

4.3. Da pesagem dos resíduos sólidos:

4.3.1. Todos os veículos que adentrem ao aterro sanitário contendo resíduos sólidos deverão ser pesados na entrada com carga cheia e pesados na saída depois do descarrego. A tara do veículo poderá estar cadastrada no sistema informatizado, objetivando ser utilizada pela CONTRATANTE para conferência da calibração da balança;

4.3.2. A CONTRATADA deverá possuir sistema informatizado implantado na balança rodoviária do aterro sanitário, orientando aos usuários na operação deste sistema;

4.3.3. A CONTRATADA deverá comprovar que possui um sistema de pesagem compatível com a tipologia dos veículos utilizados atualmente pelo Município de Santa Rita, ou que porventura venha

a utilizar no futuro.

- 4.3.4. A CONTRATADA deverá manter procedimentos de contingência para os casos de pane no sistema da balança, a exemplo do ticket manual, e redundância no arquivamento dos dados de pesagem, frisando-se que qualquer ônus ocasionado pela perda de informações de pesagem será absorvido integralmente pela CONTRATADA;
- 4.3.5. A CONTRATADA será responsável durante o período do contrato pela manutenção da balança e calibração permanente da mesma, através de empresa aprovada pelo INMETRO;
- 4.3.6. A CONTRATADA deverá entregar os relatórios da balança na frequência mensal, ou na frequência estipulada pela CONTRATANTE.
- 4.3.7. O controle de pesagem deverá ser eletrônico e antifraude, devendo este sistema ser apresentado pela CONTRATADA quando solicitado pelo Município de Santa Rita;
- 4.3.8. A CONTRATADA deverá cadastrar no seu sistema de pesagem todos os veículos autorizados pela Prefeitura Municipal de Santa Rita, sendo que não será reconhecido nenhum pagamento para veículos não constantes em dito cadastro.
- 4.3.9. Na emissão do ticket de pesagem deverá constar a placa do veículo, o peso da entrada, o peso de saída, o peso líquido, além de data e hora como dados mínimos.
- 4.4. Do descarrego dos resíduos sólidos:
- 4.4.1. A CONTRATADA deverá garantir agilidade no processo de descarrego de resíduos para não prejudicar o sistema de coleta domiciliar do município, sendo que o tempo máximo transcorrido entre a chegada do veículo ao ponto de pesagem e a saída do mesmo do local, não poderá ser superior a 30 minutos.
- 4.4.2. O aterro sanitário deverá estar perfeitamente sinalizado com placas de orientação e auxiliares ordenadores de tráfego para facilitar o processo de circulação do veículo dentro do aterro sanitário.
- 4.4.3. A CONTRATADA será responsável pelos danos ou acidentes dos veículos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, ocorridos por deficiente sinalização ou por mau estado das pistas de circulação.
- 4.4.4. A CONTRATADA deverá possuir capacidade para receber os resíduos coletados pelos serviços de limpeza urbana do município de Santa Rita todos os dias do ano e em qualquer situação climatológica, ou seja, de domingo a domingo, 24 horas por dia.
- 4.4.5. A empresa CONTRATADA deverá comprometer-se durante todo o contrato a adequar a frente de serviço ao tipo de veículo utilizado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Como todo município, Santa Rita apresenta sua produção diária de resíduos diretamente ligada a sua população. O município já pesa há bastante tempo todos os resíduos coletados, obtendo dados históricos confiáveis para a quantificação média dos resíduos sólidos produzidos.

Assim, podemos estimar uma produção média mensal, para cada característica de resíduos coletados. Esses dados estão transcritos na tabela abaixo, e foram utilizados para fins de quantificação dos serviços a serem executados.

MÊS/ANO	DOMICILIARES ÁREA URBANA (TON)	DOMICILIARES ÁREA RURAL (TON)	PODA (TON)	HETEROGÊNEO (TON)
MAI/2023	3.228,01	441,17	215,76	2.847,31
JUN/2023	3.227,79	396,84	210,16	2.748,72
JUL/2023	3.258,11	387,28	222,67	2.973,96
AGO/2023	3.021	587	237,2	2.956
SET/2023	3.054	573,7	209,8	2.714
OUT/2023	3.021	619,4	224,8	2.777
NOV/2023	2.859	603,7	213	2.891
DEZ/2023	2.816	594,5	196,1	2.710
JAN/2024	3.175	652,3	232,9	3.301
FEV/2024	3.130	603,8	223,2	2.953

MAR/2024	2.861	579,6	234,5	3.014
ABR/2024	2.803	559,3	238,3	2.639
TOTAL	36.453,91	6.598,59	2.658,39	34.524,99
MÉDIA (MÊS)	3.037,826	549,8825	221,5325	2.877,0825

Com os números acima descritos, encontramos a média mensal coletada nos últimos 12 meses. Em cima desses números colocamos um percentual de crescimento para os próximos anos de aproximadamente 6,75% (expansão imobiliária, crescimento da população, etc) para a maioria dos resíduos. Com isso, chegamos aos números médios para fins de planilha de cálculo de composições de custo unitário, conforme descrito abaixo:

- Resíduos de poda: 237 ton/mês
- Resíduos domiciliares/comerciais urbano: 3.245 ton/mês
- Resíduos domiciliares/comerciais rural: 588 ton/mês
- Resíduos heterogêneos: 3073 ton/mês

Não estarão compreendidos na conceituação de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, públicos, os resíduos da construção e demolição, areia, terra, bota fora e outros materiais oriundos de escavação ou terraplanagem, provenientes de obras públicas ou particulares, resíduos industriais e de serviço de saúde humana e/ou animal, cuja destinação final ambientalmente adequada são de inteira responsabilidade de seus geradores.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa prévia de valor foi calculada com base no relatório presente no mapa de preços apresentados pelo setor de pesquisa de preços municipal. Ressalta-se que a pesquisa conforme as diretrizes da IN MPDG 73/2020, foi elaborada de forma prévia por parte da secretaria demandante e ratificada juntamente com o setor oficial de pesquisa de preços municipal, através de Banco de Preços, com fornecedores regionais e em sítios eletrônicos especializados, montando assim uma cesta de preços. A estimativa do valor da contratação anual se dará em torno de R\$ 7.592.723,28 (sete milhões, quinhentos e noventa e dois, setecentos e vinte e três e vinte e oito centavos).

Ítem	Qtd Mês (ton)	Qtd Ano (ton)	Valor Médio Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual Médio
01	7.143	85716	R\$ 88,58	R\$ 632.726,94	R\$ 7.592.723,28

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA DEMANDA.

A referida contratação será realizada de forma direta sem parcelamento, tendo em vista que aquisição dos itens descritos no presente estudo serão utilizados em sua totalidade.

8 – VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo para a realização do serviço objeto do contrato será de 60 (sessenta) meses e o prazo de vigência do contrato também será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do mesmo em veículo local.

9 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Na operação de aterro sanitário para disposição final dos resíduos sólidos urbanos, identifica-se os seguintes poluentes:

- O chorume, líquido escuro de alto potencial poluidor, gerado pela degradação da matéria orgânica presente nos resíduos sólidos urbanos. Esse chorume, através da infiltração das águas superficiais que precipitam sobre a superfície do Aterro nas épocas de chuva, pode percolar através do solo,

- causando a contaminação do solo e das águas subterrâneas;
- b) O biogás gerado na decomposição biológica da parcela orgânica contida nos resíduos sólidos urbanos;
 - c) O efluente líquido gerado pelas águas superficiais que precipitam sobre o Aterro e escoam ao sistema de drenagem das águas pluviais;
 - d) As poeiras que são levantadas pelos veículos que trafegam nos acessos internos do Aterro Sanitário;
 - e) Os ruídos gerados pelos tratores que efetuam a compactação dos resíduos sólidos urbanos dispostos nas células do Aterro e pelos caminhões que efetuam o transporte dos resíduos sólidos urbanos ao Aterro.

A contratada deverá realizar a mitigação e o monitoramento dos impactos ambientais previstos para o sistema através dos Planos de Monitoramento.

A contratada deverá realizar o monitoramento dos gases, monitoramento de águas subterrâneas e superficiais e fazer controle dos processos erosivos. A área do aterro deverá ser impermeabilizada e o líquido percolado deverá ser tratado.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11 – ALINHAMENTO COM PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

O tratamento e a disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos está alinhado ao Plano de contratação anual da Secretaria de Obras e serviços de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Santa Rita.

12 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE ADEQUAÇÃO DO CONTRATO

Conforme demonstrado em todo o corpo do presente estudo, podemos destacar que a referida contratação é a solução mais adequada para elucidar a problemática da destinação final ambientalmente correta de resíduos sólidos urbanos produzidos pelo município de Santa Rita.

13 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a contratação de uma empresa para tratamento e destinação final de resíduos sólidos garantir que os resíduos sejam tratados e dispostos adequadamente seguindo as normas ambientais vigentes.

A destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos contribui para a redução do risco de contaminação do solo, da água e do ar, o que tem impacto direto na saúde da população. Além disso, a correta gestão dos resíduos pode prevenir a proliferação de vetores de doenças.

Além disso, normalmente espera-se que a economicidade deverá ser obtida pela competitividade entre as empresas mediante a disputa de preços.

Assim tem – se por VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Santa Rita – PB 10 de outubro de 2024.

LYANA CORRÊA MACHADO OLIVEIRA
Matrícula 963990429
Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços da PMSR

APÊNDICE DO ANEXO - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Unidade Requisitante: Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da PMSR
Responsável pela solicitação: Lyana Corrêa Machado oliveira
E-mail:
Telefone:

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO SERVIÇO (Art. 18, Inciso I, Lei nº 14.33/2021).

Tendo em vista a produção mensal estimada de 7.143 ton de resíduos sólidos surge a necessidade de tratamento e destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos do município que decorre de diversos fatores.

O Município de Santa Rita não detém aterro sanitário próprio, necessitando, portanto, da contratação de empresa prestadora desse serviço essencial ao interesse público.

A quantidade de resíduos sólidos gerados pela população tem aumentado significativamente devido ao crescimento demográfico e ao aumento do consumo.

Além disso, o acúmulo inadequado desses resíduos pode causar diversos problemas ambientais. A decomposição dos resíduos orgânicos também pode gerar a liberação de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global.

A destinação final inadequada também representa um risco para a saúde pública, pois pode atrair vetores de doenças, como mosquitos e ratos, que podem transmitir diferentes enfermidades para a população.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO (Art. 18, Inciso II da Lei nº 14.33/2021)

Contratação de empresa especializada em Tratamento e Destinação Final Ambientalmente Adequado de Resíduos Sólidos do Município de Santa Rita/PB.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD/ANO	VALOR UNIT.	VALOR ESTIMADO
1	Tratamento e destinação final ambientalmente adequado do Resíduos Sólidos Urbanos	TON	85.716	R\$ 88,58	R\$ 7.592.723,28

3 - INDICAÇÃO DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTATO (§ 3º DO ART. 7º E ART. 117 DA LEI Nº 14.133/2021)

Conforme preceitua o § 3º do art. 7º e art. 117 da Lei nº 14.133/2021, informamos que o gestor do contrato será: Lyana Corrêa Machado Oliveira (servidor responsável pela coordenação e administração de todo o contrato desde a sua assinatura até o seu encerramento com a entrega do objeto e a respectiva contraprestação de pagamento).

E-mail: correalyana@gmail.com

Telefone: 83 9 8680 8963

Ainda nesse sentido informamos como do Fiscal do Contrato: Genivaldo Borges da Silva (servidor responsável pela realização da fiscalização técnica do escopo contratual mediante acompanhamento permanente e acompanhamento da execução do contrato nos seus aspectos técnicos e administrativos).

E-mail: Genivaldo.borges.pb@gmail.com

Telefone: 83 9 9904 6565

4 – DECLARAÇÕES

Declaramos que todos os itens indicados:

(☒) constam no PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS - PCA

(☐) NÃO constam no PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS - PCA.

Declaramos, para os devidos fins, ter conhecimento referente a Lei nº 14.133/2021, especialmente ao Art. 5º o que obriga a licitação a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

5 – PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 6º, Inciso XXIV, c, Lei nº 14.133/2021)

Com Base na previsão estimada para a contratação, considerando o transcorrer do processo licitatório que durará em média dois meses a contar da data da elaboração do presente documento de formalização, início dos serviços ocorrerá, após o processo de licitação e tão logo seja firmada a contratação e realizada a devida disposição orçamentária para custeio.

6 – INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Irão compor a equipe de planejamento para a presente contratação e suas respectivas atribuições os seguintes servidores:

Lyana Correa Machado Oliveira, Assessor Técnico, 963990429 (responsável pela elaboração do Termo de Referências e Estudo Técnico Preliminar).

Victor Hugo Nascimento da Silva, Coordenador de Compras 963970158 (responsável pela pesquisa de preços).

7 – DO OBJETO E CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO.

Quanto a Modalidade

Considerando os critérios de avaliação da proposta de preços que tornará vencedora a licitante que apresentar a melhor técnica e o preço, por força do disposto na Lei nº 14.133/2021, no seu inciso XLI do artigo 6º, o referido processo licitatório se dará através de concorrência eletrônica.

Quanto do modo de disputa

Considerando que a o licitante vencedor será aquele que apresentar a melhor técnica e preço, a disputa que melhor se adequa a intenção do certame é de modo técnica e preço.

Quanto ao Objeto
<input type="checkbox"/> Serviço não continuado
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra
<input type="checkbox"/> Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra
<input type="checkbox"/> Material de Consumo
<input type="checkbox"/> Material Permanente/Equipamento
Classificação dos Bens/Serviços
<input type="checkbox"/> Comum
<input checked="" type="checkbox"/> Específico

8 – LOCAL DE EXECUÇÃO/ ENTREGA (Art. 18, Inciso VII, Lei nº 14.133/2021)
Os resíduos sólidos serão recolhidos diariamente pela contratante e encaminhados pela mesma até o aterro sanitário, local onde se dará tratamento e destinação final ambientalmente adequado dos resíduos.

9 – RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E CONTEÚDO DO DOCUMENTO.
Assumo que os servidores designados como membros da equipe de planejamento e responsável pela fiscalização ficarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre esta requisição, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio.
Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da contratação do presente documento, bem como as previsões de atrasos na contratação e possíveis imprevistos serão apresentados pelo(s) referido(s) servidor(es), e serão apresentados no mapa de riscos que deverá seguir em anexo a este documento de formalização.

10 – DETALHAMENTO DA DESPESA E RECURSO (Art. 40, Inciso V, c, Lei nº 14.133/2021)
Conforme disposições orçamentárias a presente contratação se dará com fonte de recursos (próprios), com fonte de recursos:
02 PODER EXECUTIVO
02.141 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA
15 452 1012 2106 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA URBANA
3390.31 SERVIÇOS DE TERCEIROS/PESSOA JURÍDICA

11 – PESQUISA DE PREÇOS (Art. 23, Inciso IV e V, Lei nº 14.133/2021).
Conforme preceitua o Art. 23, Inciso IV e V, Lei nº 14.133/2021, “As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. A Lei nº 14.133/2021 exige a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.
Foi encaminhada a presente demanda ao setor de compras Municipal para realização da Pesquisa de Preços na intenção de atender os objetos especificados neste documento, tendo como elaborador da pesquisa Victor Hugo Nascimento da Silva, conforme mapa de preços anexo, contendo todas as informações pertinentes a pesquisa realizada.

12 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Conforme disposições contidas no artigo Art. 33, Lei nº 14.133/2021, será considerada vencedora a proposta que apresentar o melhor técnica e preço. Observadas as disposições do artigo 34, da Lei 14.133/2021, será julgada a proposta por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço, devendo ser considerada de menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

13 – PRAZO PARA PAGAMENTO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Assim, fica formalizada a demanda havendo a devida comprovação da necessidade da referida contratação obedecendo o disposto no Art. 12, Inciso VII, Lei nº 14.133/2021.

Santa Rita – PB 10 de outubro de 2024.

KLELYSON KEYLLER BATISTA LEITE
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

APÊNDICE DO ANEXO – MAPA DE RISCOS

Mapa de Riscos

Fase de Análise		
() Planejamento / () Seleção de Fornecedor / (x) Gestão de Contrato		
Risco 1	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Potencial criação de passivo trabalhista	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Previsão de Garantia Contratual	Planejamento de Licitações
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Utilização de garantia contratual	Fiscal administrativo e gestor do contrato
2.	Não prorrogação do contrato, início de novo procedimento de licitação	Fiscal administrativo e gestor do contrato

Fase de Análise		
(x) Planejamento / () Seleção de Fornecedor / () Gestão de Contrato		
Risco 2	Instrução Processual Deficitária	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	

Impacto	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	A prestação do serviço poderá ser comprometida	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Designição de servidores capacitados para planejamento	Secretaria
2.	Utilização de modelos padronizados e check list	Planejamento de Licitações
3.	Treinamento contínuo dos fiscais técnicos e membros de equipes de planejamento	Planejamento de Licitações
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Disseminação e uso de boas práticas de contratação	Secretaria
2.	Estudar o histórico e problemas relatados nas ultimas contratações	Planejamento de Licitações

Fase de Análise		
(x) Planejamento / () Seleção de Fornecedor / () Gestão de Contrato		
Risco 3	Falha na descrição da especificação técnica e nas quantidades	
Probabilidade	() Muito baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Comprometimento parcial da contratação	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Consulta a contratações similares	Planejamento de Licitações
2.	Consulta a fornecedores	Planejamento de Licitações
3.	Revisão crítica dos estudos preliminares	Planejamento de Licitações
4.	Criar normativo interno estabelecendo método consistente para elaboração de especificações técnicas e determinação de quantidade de bens e serviços, a fim de orientar as equipes de planejamento todas contratações da unidade, inclusive nos casos de contratações diretas.	Planejamento de Licitações

ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Correção da especificação técnica e quantidade	Planejamento de Licitações
2.	Cancelamento/Suspensão da licitação	Licitação / Jurídico

Fase de Análise		
(x)Planejamento / () Seleção de Fornecedor / () Gestão de Contrato		
Risco 4	Atraso na Análise Administrativa/Jurídica	
Probabilidade	() Muito baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Atraso na efetivação da contratação	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Definir cronograma de trabalho preventivo/ amplo prazo	Planejamento de Licitações
2.	Cumprir os prazos estabelecidos	Planejamento de Licitações
3.	Enviar para análise jurídica no prazo legal	Planejamento de Licitações

Fase de Análise		
(x)Planejamento / () Seleção de Fornecedor / () Gestão de Contrato		
Risco 5	Existencia de outras demandas prioritárias de contratações	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa () Média () Alta (x) Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média () Alta (x) Muito Alta	
Nível de Risco	Muito alto/ Estratégico	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Atraso na efetivação da contratação ou não contratação	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Definir cronograma de trabalho para todos os setores	Planejamento de Licitações

Fase de Análise		
(x)Planejamento / () Seleção de Fornecedor / () Gestão de Contrato		

Risco 6	Pesquisa de mercado inconsistente	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Contratação antieconômica, inexequível, responsabilização dos autores envolvidos pelo órgão de controle	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar pesquisa de preços dentro dos procedimentos pre estabelecidos	Planejamento de Licitações
2.	Utilizar as mais diversas fontes de preços	Planejamento de Licitações
3.	Manter a pesquisa de mercado atualizada	Planejamento de Licitações
ID	Ação de Contigência	Responsável
1.	Refazer/ revalidar a Pesquisa de Mercado	Planejamento de Licitações

Fase de Análise		
() Planejamento / (x) Seleção de Fornecedor / () Gestão de Contrato		
Risco 7	Pedidos de esclarecimentos/ impugnações ao edital excessivos e/ou que alterem o edital	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Atraso na conclusão da licitação/ comprometimento do cronograma	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Revisão dos documentos que compõe o edital	Licitações/ Juridico
ID	Ação de Contigência	Responsável
1.	Ajuste e republicação do edital	Licitações/ Juridico

Fase de Análise		
() Planejamento / (x) Seleção de Fornecedor / () Gestão de Contrato		

Risco 8	Ocorrência de recurso administrativo	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Atraso na conclusão da licitação	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Julgamento objetivo, vinculação ao edital e seus anexos	Licitações/ Jurídico
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Rápido julgamento dos eventuais recursos	Licitações/ Jurídico

Fase de Análise		
() Planejamento / () Seleção de Fornecedor / (x) Gestão de Contrato		
Risco 9	Recusa ou perda da capacidade da vencedora de assinar contrato	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Atraso no início do contrato	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Monitoramento da saúde financeira da empresa	Setor de Contratos
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Convocação do remanescente da licitação	Compras
2.	Contratação direta	Compras
3.	Instauração de processo sancionário à empresa	Compras

Fase de Análise		
() Planejamento / () Seleção de Fornecedor / (x) Gestão de Contrato		

Risco 10	Descumprimento de cláusulas contratuais	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (X) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Entrega de qualidade inferior/ não entrega	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Reunião de partida	Gestor do contrato e fiscal administrativo
2.	Fiscalização preventiva e ostensiva	Fiscalização técnica e administrativa
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Instauração de processo sancionário à empresa	Gestor do contrato e fiscal administrativo
2.	Não prorrogação de contrato, Início de novo processo de licitação.	Gestor do contrato e fiscal administrativo

Fase de Análise		
() Planejamento / () Seleção de Fornecedor / (x) Gestão de Contrato		
Risco 11	Inexecução total ou parcial do contrato	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Instabilidade contratual/ interrupção dos serviços	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Previsão de sanções	Gestor do contrato e fiscal administrativo
2.	Fiscalização preventiva e ostensiva	Fiscalização técnica e administrativa
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Rescisão unilateral do contrato	Gestor do contrato e fiscal administrativo
2.	Convocação do remanescente do contrato	Licitações
3.	Contratação direta	Licitações
4.	Instauração de processo sancionário à empresa	Gestor do contrato e fiscal administrativo

Fase de Análise		
() Planejamento / () Seleção de Fornecedor / (x) Gestão de Contrato		
Risco 12	Atraso nos pagamentos a contratada	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Queda na qualidade dos serviços	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Utilização de planilhas e/ou relatórios de medição eficientes	Gestor do contrato e fiscal administrativo
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Apurar os valores para ressarcimento a contratada ou contratante	Gestor do contrato e fiscal administrativo

Fase de Análise		
() Planejamento / () Seleção de Fornecedor / (x) Gestão de Contrato		
Risco 13	Atraso nos pagamentos a contratada	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (x) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Instabilidade contratual/ interrupção dos serviços	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Respeito à cronologia dos pagamentos	Financeiro
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Repactuação de acordo com contato	Gestor do contrato e fiscal administrativo

Fase de Análise

() Planejamento / () Seleção de Fornecedor / (x) Gestão de Contrato		
Risco 14	Inexecução total ou parcial do contrato	
Probabilidade	() Muito baixa () Baixa (X) Média () Alta () Muito Alta	
Impacto	() Muito baixa () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
Nível de Risco	Alto	
ID	Dano ou Consequência	
1.	Aumento na demanda além do contratado	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Utilização de planilhas e/ou relatórios de medição eficientes	Gestor do contrato e fiscal administrativo
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Assinatura de Termo Aditivo ou Acréscimo Unilateral	Setor de Contratos

ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA DE ORÇAMENTÁRIA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - MUNICÍPIO DE SANTA RITA - PB						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MENSAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL MENSAL	PREÇO TOTAL 12 MESES
1,0	Tratamento e Destinação Final de resíduos sólidos	TON	7.143,00			
TOTAL SERVIÇOS:						

ANEXO III – MODELOS: PROPOSTA E DECLARAÇÕES

PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2024

SESSÃO PÚBLICA: ---/---/20**, ÀS ---H---MIN (---) HORAS.
LOCAL: *** ÓRGÃO LICITANTE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:			CIDADE:		
CEP:			E-MAIL:		
TELEFONE:			FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	Tratamento e Disposição final ambientalmente adequada de Resíduos sólidos urbanos em Aterro Sanitário Licenciado.	TON	85.716		
TOTAL POR EXTENSO:					

A EMPRESA: DECLARA QUE:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço.

******* INCLUIR REQUISITOS DA PROPOSTA TÉCNICA.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2024

À
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS – PMSR/PB
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / EQUIPE DE APOIO

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
--

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2024

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
--

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2024

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO 002/2024 ÓRGÃO LICITANTE, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2024

À
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS – PMSR/PB
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
--

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS – PMSR/PB
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / EQUIPE DE APOIO

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,
LOCALIZADA À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021,
QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO
MUNICÍPIO DE SANTA RITA, PB/ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
– CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA
--

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(NOME).....RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA: ,

CNPJ Nº

ENDEREÇO:.....

FONE:.....

FAX:

E-MAIL:

DECLARA QUE RENUNCIA À VISITA TÉCNICA AOS LOCAIS E AS INSTALAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO OBJETO DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024, E O QUADRO TÉCNICO DA EMPRESA TOMOU CONHECIMENTO DAS REAIS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO COLETARAM INFORMAÇÕES DE TODOS OS DADOS E ELEMENTOS NECESSÁRIOS À PERFEITA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL, RESPONSABILIZANDO-SE POR MANTER AS GARANTIAS QUE VINCULAREM NOSSA PROPOSTA AO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, EM NOME DA EMPRESA QUE REPRESENTO.

SANTA RITA, PB, ____ DE _____ DE 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR DA EMPRESA:

..... CARTEIRA DE IDENTIDADE:

.....

ÓRGÃO EXPEDIDOR:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2024

CONCORRÊNCIA Nº 002/2024

CONTRATO Nº XXXX/2024

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA
DE _____ DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA E
_____ PARA _____ DE _____ CONFORME
DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado o Secretaria de _____ da Prefeitura Municipal de Santa Rita/PB - inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.____/____-____, situada na _____, Santa Rita/PB, neste ato representada pelo Secretário(a), _____, residente e domiciliado na _____, CPF nº _____.____-____, Carteira de Identidade nº _____. doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado _____, CNPJ nº _____.____/____-____, neste ato representado por _____ residente e domiciliado na _____, CPF nº _____.____-____, Carteira de Identidade nº _____, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

1.1 Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 002/2024, realizada com base na Lei nº 14.133/2021, artigo 37 da Constituição Federal, e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

2.1 O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA, PB.**

2.2 O fornecimento deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, na concorrência eletrônica nº 002/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que vinculam esta contratação, independente de transcrição.

2.3 Discriminação do objeto

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD/ANO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Tratamento e destinação final ambientalmente adequado do Resíduos Sólidos Urbanos	TON	85.716		

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E VIGÊNCIA

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 A vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.4 A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.5 O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado da licitação, conforme artigo 25, parágrafo 7º da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

5.1 As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE:	ELEMENTO DAS DESPESAS	FONTE DE RECURSOS:
02.141 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA	15.452.1012.2106 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA URBANA	33.9039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 501 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária

6.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

6.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para

pagamento;

6.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

6.8 Será retido 1,5% para o Programa Municipal de Desenvolvimento aos Pequenos Negócios – PDPN, conforme dispõe o art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 22/2019, à exceção dos pagamentos contemplados no inciso VII do Parágrafo único do artigo 7º da referida Lei.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E FORNECIMENTO DO OBJETO:

7.1 O objeto desta licitação deverá ser entregue na totalidade, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

7.2 A execução do objeto desta licitação deverá ser realizada junto a **Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB**, localizada na Rua Virgínio Veloso Borges –, S/N - Loteamento Jardim Miritânia - Santa Rita - PB, de acordo com a solicitação de fornecimento.

7.3 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

7.4 O prazo de vigência do contrato, será de 12 (doze), com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Imprensa Oficial, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DA LICITANTE VENCEDORA:

8.1 Caberá a Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB:

8.1.1 Permitir durante a vigência do Contrato, o acesso dos representantes/prepostos e empregados da CONTRATADA ao local de entrega dos produtos ou serviços e suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE;

8.1.2 Promover o acompanhamento e a fiscalização quando da execução do objeto, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA a ocorrência de qualquer fato que exija medidas corretivas por parte desta;

8.1.3 Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;

8.1.4 Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto desta licitação;

8.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.1.6 Fiscalizar o contrato na forma disposta no artigo 117 da Lei 14.133/2021;

8.1.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA em até 10 (dez) dias após o atesto da Nota Fiscal/ Fatura do Material e/ou serviços;

8.1.8 Atestar a execução do objeto deste Contrato, por meio do Setor Competente;

8.1.9 Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

8.2 Caberá à licitante vencedora:

8.2.1 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega de produto e/ou serviços, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) vale-refeição; f) vale-transporte; e g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

8.2.2 Manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas

disciplinares da **Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB;**

8.2.3 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB;**

8.2.4 Responder pelos danos causados diretamente a Secretaria ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB;**

8.2.5 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da **Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB,** quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto;

8.2.6 Executar o objeto quando solicitado pela **Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB.** O descumprimento ao prazo citado sujeitará a empresa contratada à penalidade de multa.

8.2.7 Encarrega-se da execução do objeto, arcando com qualquer custo advindo da locomoção, alimentação, bem como qualquer serviço relativo a execução do objeto.

8.2.8 Comunicar a **Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rita, PB,** por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

8.2.9 Justificar, no caso de descumprimento do prazo citado no item anterior ou paralisação da execução do objeto, por escrito, em até 24 horas contadas da execução frustrada;

8.2.10 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, se verificar condições que possam prejudicar a prestação ou a iminência de fatos que possam interferir na perfeita execução deste contrato, bem como atraso ou paralisação do fornecimento apresentando razões justificadoras, as quais serão objeto de análise, que poderão ser ou não aceitas pelo Contratante;

8.2.11 Encontrar-se em dia com as obrigações fiscais, em conformidade com o previsto no procedimento licitatório;

8.2.12 Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame durante toda a execução do contrato;

8.2.13 Emitir a nota fiscal, constando na mesma a informação sobre os recursos utilizados para custeio deste contrato;

8.2.14 Trazer ao setor de Empenho as Notas Fiscais acompanhadas das respectivas certidões de natureza fiscal;

8.2.15 Se os produtos entregues forem recusados, a empresa será advertida para o cumprimento imediato de suas obrigações, lhe sendo concedido o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, efetivando a troca dos produtos ou apresentando defesa num prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação da multa prevista neste Edital e demais medidas que se fizerem necessárias.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

9.1 Contratante:

9.1.1 São obrigações do Contratante:

9.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Secretaria Municipal de Administração e Gestão, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9 Explicitamente emitir decisão no prazo de 10 (dez) dias sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

9.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 Contratada:

9.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.217. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

10.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Multa**:

1. Moratória de 5% (cinco por cento) ao dia até o limite de 30% (trinta por cento) relativos ao valor do contrato, em virtude do atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

i. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade

no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

20.2 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

15.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, designamos para Gestor do presente contrato o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF _____.____.____-____, com lotação fixada na Secretaria Municipal de _____ do Município de Santa Rita/PB.

15.2 O fiscal do Contrato, o(a) Sr(a). _____ portador(a) do CPF _____.____.____-____, com lotação na Secretária Municipal de _____ do Município de Santa Rita – PB, formalmente designado, e comprovadamente habilitado para gerenciar o presente termo, será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rita, PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Rita - PB, __ de _____ de 2024.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

PELO CONTRATADO
